

UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DO MODELO PÓS-HEGEMÔNICO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: o caso da ALBA

Ian Rebouças Batista¹

Resumo: O presente trabalho busca analisar a Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA) a partir das discussões sobre modelos pós-hegemônicos de integração regional que têm ganhado relevo na América Latina nos últimos anos e através da teoria construtivista das relações internacionais. Para tanto, investigam-se as ações que têm sido realizadas entre os países-membros do bloco e como essas ações implicam em processos destoantes do modelo hegemônico/neoliberal que marca a região desde a década de 1990. A pesquisa possibilita ainda discussões conceituais sobre regionalidade (*Regionness*) e temas como desenvolvimento, inclusão social, democracia e sociedade. Busca-se analisar, ainda, em que medida o modelo pós-hegemônico de integração está atrelado aos governos de centro-esquerda que subiram ao poder na virada do milênio e se as ameaças conservadoras atuais podem pôr fim ao ciclo progressista, ao modelo pós-hegemônico e à ALBA.

Palavras-chave: ALBA, AMÉRICA LATINA, INTEGRAÇÃO REGIONAL

INTRODUÇÃO

As teorias realistas compõem o mainstream teórico das relações internacionais com reconhecida capacidade de análise de determinados aspectos dessa área do conhecimento. Comportamento das grandes potências, balanças de poder e corridas armamentistas são algumas situações abrangidas por essas teorias. Contudo, seus principais preceitos de anarquia, perseguição de poder e indivisibilidade do Estado, por vezes permitem apenas uma leitura parcial do cenário, deixando descobertos aspectos importantes. É o caso do estudo, por exemplo, da criação da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA).

Esse híbrido de organização internacional e acordo multilateral² reúne países da periferia do sistema internacional e que possuem caráter contestador do *status quo*, por vezes sendo indicado como uma tentativa de regionalismo contra ou pós hegemônico (MUHR, 2010; BENZI, 2016). Como seus objetivos pregam e suas ações aparentemente comprovam, a ALBA e seus membros tentam se distanciar das regras do jogo, lançando novas formas de relacionamento entre os Estados em prol da solidariedade e da integração. Neste sentido, o realismo mostra-se limitado e a utilização de outra abordagem teórica para compreensão correta dos fatos se faz necessária.

¹ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe. reboucas.ian@gmail.com

² Essa hibridéz é explanada ao longo do trabalho.

Este trabalho sugere, então, a utilização da teoria construtivista das relações internacionais para o estudo da ALBA, buscando entender de que forma suas ações apontam para a construção de uma região e de uma identidade comum entre seus povos. Outros trabalhos que utilizam o construtivismo em estudos de integração regional chegaram a uma escala chamada de *Regionness* para indicar o processo de criação de uma região (RIGGIROZZI, 2011; MUHR, 2010). Mais adiante, iremos no referir a essa escala utilizando uma tradução-livre: Regionalidade.

Nossa análise se dará, portanto, da seguinte forma. Analisaremos o momento no qual a integração regional na América Latina se encontra, chamado de pós-hegemônico ou pós-liberal (BRICEÑO RUIZ e HOFFMAN, 2015; KATZ, 2016) e como a ALBA é fruto desse momento. Estudaremos em seguida as principais ações da ALBA nos seus 12 anos de processo e em que medida elas apontam para o processo de Regionalidade ou não. Por fim, ainda discutiremos se o futuro da ALBA e do modelo pós-hegemônico de integração na América Latina estaria em jogo com a eventual queda dos governos de centro-esquerda em alguns países da região.

I – O MODELO PÓS-HEGEMÔNICO

Após a década neoliberal, onde os governos da América Latina, em menor ou em maior grau, adotaram os preceitos do Consenso de Washington, os anos 2000 trouxeram novidades e reações aos resultados da década de inflação e crescimento de desigualdade na região. Nos anos 1990, ao seguirem recomendações do FMI e do Banco Mundial, os países da região adotaram o neoliberalismo após o período de desenvolvimentismo, que perdurava na região desde as décadas de 1950 e 1960. É interessante notar como a integração regional foi percebida de maneira distinta dependendo do momento econômico da região.

Em oposição aos anos do chamado Regionalismo Fechado, nos anos neoliberais o modelo passou a ser o Regionalismo Aberto, onde os países buscavam liberalizar o comércio através de acordos bilaterais ou criação de uniões aduaneiras, como a Comunidade Andina, CAN e o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL. O período foi marcado pela transnacionalização do comércio e da produção e da abertura dos mercados dos países da região. Como fica claro na proposta estadunidense da ALCA, o objetivo era a total liberalização do comércio através do continente, o que gerou, no âmbito da integração regional, processos conhecidos como o Novo Regionalismo ou Regionalismo Aberto (BRICEÑO-RUIZ e HOFFMAN, 2015).

A insatisfação da população e a eleição de governos de centro-esquerda que questionavam os ditames neoliberais permitem afirmar que o neoliberalismo da década de 1990 falhou ao tentar promover o desenvolvimento e maior igualdade nos países latino-americanos. São exemplos dessa guinada para a centro-esquerda Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Morales na Bolívia, os Kirchnerr na Argentina, Velasquez no Uruguai, Cardoso no Equador, dentre outros. Essa nova mudança no caráter dos governos também possibilitou uma alteração no modo que a integração regional era entendida na região.

Nesse novo momento, a integração passou a ser vista para além dos acordos econômicos, incorporando temas políticos, sociais e culturais. Como reflexo disso, a região passou a ser vista, por esses governos, como um espaço comum para união de recursos contra práticas antiquadas de governança (RIGGIROZZI e TUSSIE, 2012). É importante frisar que o modelo de regionalismo aberto não foi completamente superado, existindo ainda os acordos da década passada e a criação de novas propostas, como a Aliança do Pacífico. Também por isso, a nomenclatura de Regionalismo Pós-hegemônico indica a coexistência de diversas formas de regionalismo, não havendo apenas o único modelo como preconizado na década de 1990. (BRICEÑO-RUIZ e HOFFMAN, 2015).

São propostas que datam desse novo período na América Latina, por exemplo, a União das Nações Sul-Americanas, UNASUL (2008), e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, ALBA (2004). Em ambos os casos, podemos encontrar, desde seus tratados constitutivos, novos valores que permeiam seus projetos de integração regional. Como indica José Briceño-Ruiz e Hoffman (2015), “tais princípios e ideias têm permeado o sistema de Estados e de atores não-estatais na América Latina e têm dado novo trato ao processo regionalista” (p.9).

Por se apresentar como uma proposta que foge ainda mais dos padrões conhecidos na integração regional, e utilizar conceitos como “solidariedade” e “socialismo do século XXI” em seu tratado constitutivo, foquemos então nosso estudo na proposta da ALBA.

II – A Aliança Bolivariana Para os Povos da América

A Aliança Bolivariana para os Povos da América é resultado de uma aproximação pessoal entre Hugo Chávez e Fidel Castro que se concretizou em um acordo assinado em 2004, unindo países subdesenvolvidos, periféricos e que se propõem a assumir o papel de revisionistas do *status quo*; a ALBA prega a cooperação, a complementaridade e a solidariedade internacional (BENZI, 2016).

É interessante notarmos as figuras de Chávez e Castro, individualmente conhecidos como questionadores da hegemonia estadunidense e que se unem na ALBA para propor uma integração a moldes revisionistas. Para além de Cuba e Venezuela, a membresia da Aliança foi crescendo aos poucos e hoje une Bolívia, Nicarágua, Antigua e Barbuda, Equador, República Dominicana, Granada, Santa Lúcia e São Vicente; todos esses países governados por partidos de centro-esquerda contestadores da hegemonia estadunidense. Portanto, a contra hegemonia proposta pela Aliança, para alguns, assume caráter gramsciano de guerra de posição (BENZI, 2016; MUHR, 2010), onde segundo Gramsci, a revolução para o fim do capitalismo se daria aos poucos e gradativamente ganharia adeptos e proporções (COX, 2008).

Na introdução desse trabalho, falamos da ALBA como um híbrido entre organização internacional (OI) e acordo multilateral. Entendemos a ALBA dessa forma pois, ao mesmo tempo em que está organizada de acordo como uma OI, com Conselho de Presidentes, Conselhos de Ministros, Conselho de Movimentos Sociais e diversas comissões internacionais, e possui instituições transnacionais como as Companhias Gran-Nacionais (cooperativas de empresas de diversos países-membros da ALBA, criadas para facilitar as trocas intra-bloco), o bloco promove acordos bilaterais ou multilaterais entre membros e não-membros, incentivando projetos transnacionais de bem-estar social e criando, assim, um espaço para fortalecimento da integração da região (RIGGIROZZI, 2011).

É a criação desse espaço para o fortalecimento da integração na América Latina que entendemos ser a principal função da ALBA. Para além de acordos de cooperação econômica tradicionais, a ALBA possui discurso “alternativo” através da política e de investimentos sociais na área da saúde, da educação e da cultura. Analisemos então os principais avanços da ALBA nesses 12 anos de existência do bloco.

No setor econômico, começamos destacando o papel do Banco da ALBA. Criado em 2009, tem sede em Caracas e desde então é responsável pelo financiamento de projetos Gran-Nacionais, ou seja, transnacionais intra-bloco, divididos prioritariamente nos Conselhos³. São através do Banco da ALBA que se realizam as transações do SUCRE, Sistema Unitário de Compensação Regional, principal nuance econômica da ALBA. Contudo, a importância do SUCRE é mais política que econômica (TRUCCO, 2012).

Adotado em 2009, o SUCRE é uma moeda virtual que não circula entre as populações, mas entre os Bancos Centrais dos países membros para registro de trocas contempladas pelos acordos do bloco. Ao ser posto em prática, cada país

³ <http://www.bancodelalba.org/>. Acesso em 26 de março de 2016.

possui uma quantidade de sucres disponíveis para realizar trocas entre os demais, de acordo com sua importância econômica dentro do bloco. 154 milhões de sucres foram divididos da seguinte forma: Venezuela 67.2 milhões, Equador 24.8 milhões e Cuba 20 milhões (TRUCCO, 2012). Bolívia e Nicarágua hoje já fazem também parte do SUCRE.

Em recente reunião do Diretório Executivo do SUCRE, foi anunciado o crescimento de 109% das operações com a moeda virtual, comparando o mês de janeiro de 2015 e o mês de janeiro de 2016. No período foram realizadas 111 operações, que acumularam o correspondente a 28,63 milhões de dólares⁴.

O funcionamento da rede de solidariedade da ALBA deve muito ao petróleo venezuelano. Cerca de 30 países do Caribe importam o produto recebendo descontos que chegam a 40% do valor de mercado. Cuba importa 100.000 barris de petróleo venezuelano por dia. Argentina e Bolívia importam o petróleo em troca de soja e algodão, respectivamente⁵. Grande parte dos países caribenhos que realizam essas trocas, e até mesmo a Argentina, não faz parte da ALBA, porém, como dito anteriormente, a proposta da Aliança vai além de uma mera organização internacional.

Instituição que facilita as trocas de petróleo intra e extra ALBA é a PETROAMERICA, composta de Petrocaribe, Petroandina e Petrosul, sendo a Petrocaribe a mais atuante (MUHR, 2010). Essa, “possui um modelo de cooperação energética baseado nos princípios de solidariedade e tratamento diferenciado. É baseado na política venezuelana de estabelecer preços subsidiados e desenvolvimento de empresas mistas para operar no mercado de petróleo” (ALTMAN, 2009, p.2)

Na área de cooperação alimentar, em 2009, Venezuela, Nicaragua, Equador, Bolívia, Honduras e República Dominicana criaram uma companhia transnacional de produção alimentar e traçaram planos de garantia de Segurança Alimentar (diferente da “segurança alimentar” comumente entendida, que diz respeito à prevenção de doenças, essa segurança alimentar tratada na ALBA diz respeito ao combate à fome e escassez de alimentos) na América Latina e Caribe. A companhia recebeu um investimento inicial correspondente a 49 milhões de dólares⁶. Em 2010, Venezuela e Nicarágua assinaram acordos em Segurança Alimentar e cooperação econômica. Um barco com capacidade de transporte de 20 mil cabeças de gado foi adquirido para facilitar o comércio entre os dois países. Na mesma oportunidade, a Venezuela perdoou a dívida de 31 milhões de dólares que a Venezuela possuía e doou 10

⁴ Dados do Banco Central da Venezuela. Acesso em 25 de março de 2016.

<http://www.bcv.org.ve/c4/notasprensa.asp?Codigo=12660&Operacion=2&Sec=False>

⁵ <http://venezuelanalysis.com/analysis/5500>. Acesso em 25 de março de 2016.

⁶ <http://venezuelanalysis.com/news/4165>. Acesso em 26 de março de 2016.

milhões de dólares para programas sociais. Em 2009, a troca entre os dois países alcançou 115 milhões de dólares; a Nicarágua exportou leite, gado, feijão e café e a Venezuela pagou com geradores de eletricidade⁷.

Hoje um dos principais membros e que entrou no bloco posteriormente, a Bolívia é um dos países que mais se beneficia da ALBA. A Venezuela é responsável por continuamente cooperar com as indústrias bolivianas de extração de gás e minerais, ao troco de usufruir desses recursos. Investimentos cubanos e venezuelanos na Bolívia possuem vantagens em descontos de impostos, e a Bolívia se compromete a ajudar a ALBA com conhecimentos em questões indígenas e de medicina tradicional, como exposto no tratado de adesão boliviana à ALBA. (HARRIS e AZZI, 2005).

Fundadores da ALBA, a principal relação política e motor da Aliança são os acordos envolvendo Venezuela e Cuba. Em 10 anos de governo Chavista, as trocas entre os dois países saltaram de 40 milhões de dólares em 1999 para 7 bilhões em 2009⁸. A Venezuela explora e refina o petróleo cubano enquanto Cuba importa produtos primários venezuelanos.

Uma semana antes da recente visita do presidente dos EUA, Barack Obama, à Cuba, Fidel Castro recebeu Nicolás Maduro e acordaram o plano de cooperação anual de 2016, com duração até 2030. O plano estende os diversos acordos já vigentes, reorientando-os de acordo com as novas prioridades venezuelanas, incluindo tratados de energia e produção de alimentos, turismo, cultura e saúde. Uma comissão bilateral e urgente para o combate dos vírus Zika, Dengue e Chikungunya na Venezuela foi também formalizada no encontro⁹. Atualmente, os principais parceiros comerciais intra-bloco são Venezuela e Equador, com 44% do total do comércio, e Venezuela e Bolívia, com 21% (CUSAK, 2015). Contudo, Venezuela e Cuba continuam a constituir a principal parceria intra-ALBA graças as Missões Sociais, que falaremos mais adiante.

O Conselho dos Movimentos Sociais é um dos grandes diferenciais da ALBA, pois reúne cerca de 80 movimentos sociais de organizações de diversos países da América Latina para discutir questões diretamente ligadas às suas populações. Em seu mais recente encontro, em março de 2016, dezenas de representantes desses movimentos sociais se reuniram em Caracas para discutir medidas de enfrentamento

⁷ <http://venezuelanalysis.com/news/5278>. Acesso em 26 de março de 2016.

⁸ <http://venezuelanalysis.com/news/5530>. Acesso em 26 de março de 2016.

⁹ <http://venezuelanalysis.com/news/11895>. Acesso em 26 de março de 2016.

ao crescente conservadorismo na região e para evitar a retomada da direita aos governos locais¹⁰.

Como enfrentamento do *status quo*, os países da ALBA entendem como ameaçadora a atuação de grandes conglomerados de mídia, estando esses muitas vezes na mão das elites conservadoras desses países. Para tanto, a ALBA possibilitou a criação da TeleSur, inicialmente chamada de ALBA TV¹¹. A ideia era a criação de uma comunidade de estações televisivas nas Américas. A TeleSur é um projeto político que visa a democratização do acesso à informação bem como da produção de conteúdo (ALTMANN, 2009; HARRIS e AZZIS, 2005).

Apesar dos avanços econômicos alternativos e das formas inovadoras de discussões, são as Missões Sociais que refletem o real caráter solidário da ALBA. Iniciadas nos acordos bilaterais entre Venezuela e Cuba, e também encontradas no modelo de desenvolvimento endógeno da governança bolivariana desde o início dos anos 2000 na Venezuela (PARKER, 2007), as Missões crescem em números de beneficiados e se expande tanto para os países-membros da ALBA como para não-membros. Em 2009, eram 27 missões em execução (MUHR, 2010). Apresentaremos aqui algumas das principais missões, em termos de beneficiados, que abarcam as áreas de saúde e educação.

A Missão *Barrio Adentro* é um acordo bilateral entre Venezuela e Cuba através do qual médicos cubanos são importados para a Venezuela em troca de petróleo. Desde seu início, em 2003, até 2015, mais de 617 mil consultas gratuitas foram realizadas na população venezuelana, e cerca de 1,75 milhões de vidas foram salvas, de acordo com dados oficiais¹². Além de médicos, unidades de tratamento primário foram construídas em bairros e cidades rurais em toda Venezuela. Em quatro frentes de atuação, a missão também atua modernizando hospitais e construindo hospitais especializados. Cerca de 600 médicos cubanos também atuam na Bolívia (TASHIN, 2009).

Em 2016, durante encontro do presidente Maduro com Fidel Castro, foi anunciado o interesse de Cuba e Venezuela em expandir o programa para 100% da população venezuelana ainda esse ano¹³.

Duas Missões são sub-missões da *Barrio Adentro*, a Missão *Barrio Adentro Deportivo* e a Operação *Milagres*. A Missão *Barrio Adentro Deportivo* utiliza profissionais de educação física cubanos para realizarem atividades esportivas em

¹⁰ <http://venezuelanalysis.com/images/11871> Acesso em 26 de março de 2016.

¹¹ <http://venezuelanalysis.com/analysis/6663>. Acesso em 26 de março de 2016.

¹² <http://www.granma.cu/idiomas/ingles/ouramerica-i/14abr-Mission%20Barrio.html>. Acesso em 27 de março de 2016.

¹³ <http://rnv.gob.ve/mision-barrio-adentro-cubrira-el-100-de-la-poblacion-venezolana/>. Acesso em 27 de março de 2016.

comunidades carentes e rurais. Um festival recreativo organizado por essa missão reuniu mais de 90.000 pessoas durante a semana santa¹⁴.

A Operação *Milagres* foca no combate a problemas de visão. Em 2005, na primeira fase da operação, médicos Cubanos realizaram 122 mil cirurgias oculares em venezuelanos, e o governo desse país pagou passagens aéreas e acomodação gratuita para os pacientes (HARRIS e AZZI, 2005). A Operação está em curso atualmente e esse ano, 2016, já foram entregues 92 pares de lentes intraoculares para cirurgias gratuitas de cataratas¹⁵.

A Missão *Yo, Sí Puedo*, voltada para a alfabetização de comunidades carentes, foi iniciada entre Venezuela e Cuba e hoje já funcionou em mais de 30 países, claramente ultrapassando as barreiras da ALBA. Os resultados estimados são de mais de 10 milhões de alfabetizados em todo o mundo¹⁶, utilizando profissionais cubanos em países hispano falantes e capacitação realizada por cubanos em países não hispano falantes. Só no Panamá, cerca de 70 mil pessoas foram alfabetizadas pelo programa¹⁷. O sistema existe também em braile. Na Venezuela, o Programa foi chamado de Missão Robinson e estima-se que tenha ensinado 2 milhões de pessoas a ler e escrever (TASHIN, 2009).

Outra missão da área de educação é a Missão *Alma Mater*, focada no ensino universitário e formalizada em 2009.

[A missão] Consiste na progressiva transformação de 29 institutos unisversitários públicos e faculdades em universidades nacionais experimentais, bem como a criação de 17 novas universidades (de acordo com as necessidades produtivas, sociais e culturais dos territórios), 10 universidades especializadas e dois institutos educacionais. (MUHR, 2010, p. 12)

O governo cubano disponibiliza cerca de 500 bolsas de medicina para países da ALBA, das quais cerca de 100 estudantes dominicanos recebem essas bolsas, e outros 75 possuem bolsas em outros cursos (TASHIN, 2009). O intercâmbio estudantil é intenso entre Cuba, Venezuela e Bolívia (TASHIN, 2009). Graças a isso, os países-membros da ALBA assinaram o Acordo de Reconhecimento de Títulos de Graduação e Diplomas para facilitar, não só o intercâmbio de estudantes, como de profissionais.

¹⁴ <http://www.eluniversal.com/caracas/160325/mas-de-90000-personas-han-participado-en-festival-recreativo-en-mirand>. Acesso em 27 de março de 2016.

¹⁵ <http://www.diariodelosandes.com/index.php?r=site/noticiasecundaria&id=22743>. Acesso em 27 de março de 2016.

¹⁶ <http://www.cubaminrex.cu/es/califican-de-exitoso-programa-yo-si-puedo-en-australia>. Acesso em 27 de março de 2016.

¹⁷ <http://www.panamaon.com/noticias/politica/4051-programa-yo-si-puedo-en-panama.html>. Acesso em 27 de março de 2016.

O acordo pode ser interpretado como um passo adiante numa infraestrutura legal supranacional para livre-circulação de pessoas (MUHR, 2010), porém, por enquanto, não existe oficialmente tal discussão.

III – A CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO?

Explanadas, brevemente, as ações da ALBA em seus 12 anos de atuação, utilizemos a teoria construtivista, como comentado na introdução desse trabalho, buscando melhor compreender a função e importância da ALBA nas relações internacionais. De acordo com Alexander Wendt (1992) a análise construtivista está interessada em como práticas orientadas constituem questões. Tal análise também possui um conceito intersubjetivo e cognitivo de processos nos quais identidades e interesses são endógenos à interação, diferentemente de uma análise racionalista-comportamental onde os interesses são exógenos. Ou seja, a análise construtivista defende a ideia de que “instituições internacionais podem transformar identidades e interesses de Estados” (WENDT, 1992, p. 394).

A Teoria construtivista afirma que pessoas agem a partir de objetos, incluindo outros atores, e do significado que esses objetos tem para elas; as ações são orientadas através de significados coletivos (WENDT, 1992). Assim, ao tratarmos de Estados, Wendt (1992) indica que a sociedade doméstica é a responsável pela criação de identidades e interesses.

Dito isso, pensemos na retórica presente tanto no Tratado Constitutivo da ALBA, em que se fala em “alternativa”, e nos discursos individuais dos governantes dos países-membros, que pregam uma retórica de enfrentamento à hegemonia estadunidense. Levando em consideração que esses governos foram eleitos e reeleitos com esse mesmo discurso, compreende-se que a maior parte das populações desses países compartilha das crenças e discursos de seus líderes. Thomas Muhr (2010) indica a tentativa de construção de identidade através do discurso.

A ampla referência feita a uma série de guerrilheiros e libertadores anti-colonialistas/imperialistas no discurso da ALBA aponta para a tentativa de construir uma consciência e uma identidade regional, popular-revolucionária (uma cultura de resistência) baseada no que Hettne e Soderbaum identificou como uma “memória coletiva” e uma “tradição de cultura compartilhada” para contrapor a monopolização das relações externas (“quem é

amigo e quem é inimigo”) comandada pelas elites sociais. (p. 10)

As populações desses países compartilham uma história semelhante de colonização espanhola, e a maior parte enfrentou problemas políticos simultâneos como ditaduras e opressões, como escravismo. Mais recentemente, na década de 1990, sofreram problemas semelhantes com a abertura neoliberal e responderam a isso de maneira parecida, ao elegerem governos contestadores desse modelo.

As sociedades dos países-membros da ALBA parecem compartilhar significados semelhantes, e parecem possuir interesses comuns; mas será que isso é suficiente para a construção de uma identidade? A resposta a essa pergunta passa pela escala de *Regionness*, que aqui chamaremos de Regionalidade.

A escala foi inicialmente trabalhada por Hettne (1993), como um estudo de níveis de Regionalidade, que ia de cooperação mínima até uma região agindo como uma unidade. Mais tarde, Muhr (2010) e Riggiozzi (2011) trabalharam o conceito na América Latina e aplicando ao regionalismo pós-hegemônico. Uma alteração importante realizada por Riggiozzi (2011) e que aplicaremos nesse trabalho é a análise da escala de Regionalidade tendo o nível mais avançado sendo definido como uma região utilizada como “arena para ação” e não como uma unidade agindo em conjunto. Entendemos que a ALBA não aponta para o supranacionalismo como visto na União Européia¹⁸, por exemplo, mas que pode apontar para a construção de identidade e de um sentimento de pertencimento a uma região que também é vista no processo europeu. Portanto, definamos aqui, baseados em Hettne (1993), Riggiozzi (2011) e Muhr (2010), que para esse trabalho o nível maior de Regionalidade consiste na criação de um espaço comum entre os membros, que aja em prol da construção de um sentimento de pertencimento, bem como possua um posicionamento coeso para o que é externo. A Tabela 1 trás a escala de Regionalidade proposta por Hettne (1993), construída a partir do trabalho de Riggiozzi (2011) e com a alteração acatada por esse trabalho do nível último da escala. Por fim, não entraremos, nesse trabalho, na análise da escala de Regionalidade proposta por Hettne (1993), mas tenhamos em mente qual o nível máximo na escala de Regionalidade proposta pelo autor. Essa é a mesma direção que, entendemos, aponta a ALBA.

Tabela 1: Escala de Regionalidade¹⁹

¹⁸ O próprio Wendt (1992) utiliza a União Européia como exemplo de construção de uma identidade comum.

¹⁹ Retirada de Riggiozzi (2011) e alterada pelo autor.

Níveis de Regionalidade	Características
Espaço Regional	Contingente geográfico sem uma sociedade organizada existindo nesse espaço.
Complexo Regional	Interdependência embrionária guiada por relações trans-locais para alcance de ganhos mútuos em questões como comércio e segurança.
Sociedade Regional	Intenso complexo regional avançado através de relações trans-locais em diferentes áreas das políticas entre Estados e atores não-estatais, apoiada por desenvolvimentos de infraestrutura e instituições incipientes.
Comunidade Regional	Uma sociedade regional na qual a coesão é apoiada por convergência de valores, normas e comportamento. A política é mais profunda e um sentimento de inclusão e pertencimento formula uma identidade.
Arena Regional Institucionalizada	A região está institucionalizada e identificada de tal maneira que se transforma numa arena para ações coletivas e que visem o bem-estar social.

Aplicando agora Regionalidade ao construtivismo, temos que um Estado pode entender uma região de diversas formas, de acordo com seus interesses, ideias e narrativas; uma região é o que o Estado faz dela (RIGGIROZZI e TOUSSIE, 2012). Relações além-fronteiras através de acordos sociais, políticos e econômicos, influenciando a vida das populações e com ampla legitimidade é um modo de construir a ideia que o Estado e suas populações têm da região (RIGGIROZZI, 2011); é um modo de construção que fortalece o nível maior de Regionalidade. As ações da ALBA apresentadas na seção anterior demonstram a forma como os Estados membros entendem a região: como oportunidade de complementaridade e de superação do subdesenvolvimento. De maneira coletiva, as populações dos países membros são diretamente afetadas pelas missões sociais postas em prática pela ALBA e o contato com estrangeiros de países da Aliança é constante, vide intercâmbio de médicos e estudantes. A Comissão de Movimentos Sociais discute coletivamente questões domésticas de cada um desses países e que muitas vezes não são exclusivas, unificando assim reivindicações. Portanto, como não são só os Estados que constroem a região, na ALBA as sociedades também estão envolvidas.

Por fim, dado o que foi explanado, a ALBA corresponde a um processo onde busca-se a criação de uma identidade entre os povos dos países-membros, envolvendo Estado, atores não estatais e sociedades. Como são apenas 12 anos de atuação, a identidade não está formada, mas observa-se um processo em construção. Observam-se valores comuns, identidades sendo construídas, um espaço para cooperação e atuação conjunta para o externo.

Estados e atores não estatais estão envolvidos nos acordos políticos, econômicos, culturais e sociais que frequentemente ultrapassam as fronteiras dos

países membros (MUHR, 2010) – ponto positivo para a integração visto que os países membros da ALBA não fazem fronteira entre si. A análise do nível de Regionalidade aqui não ocuparia um território físico, como na UE, existindo então como uma *commonwealth* britânica, espalhados pelo continente. O lado positivo do derramamento das ações da ALBA para países não membros é poder imaginar que esse processo alternativo baseado na solidariedade possa contemplar cada vez mais países latino-americanos.

V- O FUTURO DO MODELO PÓS-HEGEMÔNICO

Como processo em curso, resta saber se o futuro gera esperança ou alerta para a ALBA. O modelo pós-hegemônico de integração na América Latina, do qual a ALBA é fruto, está intimamente ligado à ascensão dos governos de centro-esquerda na virada do milênio. Após mais de uma década de resultados positivos e ampla legitimidade das populações, esses governos passam por sérias crises e questiona-se se ainda irão durar. A eleição de Mauricio Macri na Argentina, a eleição de um congresso anti-chavista na Venezuela e as crescentes crises políticas no Brasil e no Equador indicam que o ciclo pode estar perto do fim. Caso esses governos caiam, está em risco o modelo pós-hegemônico?

Antes de mais nada, entendamos o que ocorre na região. Parte fundamental da crescente oposição a esses governos é fruto da atuação dos meios de comunicação, oligárquicos na maioria dos países da região. Ligados aos setores mais conservadores e das elites econômicas, possuem amplo acesso às populações e defendem, perante a nação, seus pontos e interesses, geralmente contrários aos governos e de acordo com a lógica capitalista hegemônica. Não ignoremos a falta de habilidade desses governos agora contestados em contornar os problemas quando ainda eram menores, ou não tentemos esquecer os escândalos de corrupção envolvendo esses governos diretamente e que tem sido frequentemente expostos – aqui novamente contando com o papel parcial da mídia. Parcela da população dos países sul-americanos tem absorvido a mensagem de que devem ser superados esses governos de centro-esquerda, pois esses estão no poder há muito tempo e estão acostumados, e somente operam, com corrupção. A oposição, centro-direita, se fortalece então como paladinos da ética e da moral, possuindo notável respaldo da população, que compra a relação esquerda-corrupção, ignorando o pensamento de Hans Morgenthau quando esse escreve que a política funciona com sua própria ética.

No que diz respeito à integração regional e, mais especificamente, em relação a ALBA, o governo chavista na Venezuela é, a primeira vista, fundamental para a

manutenção do projeto bolivariano (KATZ, 2016). Sem dúvida que, como primeiro país a adotar esse discurso, a importância que possui é grande. A continuidade do governo chavista praticamente garante que o modelo da ALBA persista por mais alguns anos. Contudo, o fim desse governo não necessariamente indica o fim da solidariedade e do processo de integração aos moldes bolivarianos.

Os avanços alcançados até aqui já fazem a diferença. É um projeto em curso, mas que já possui resultados tangíveis. Os avanços vão resistir porque estão ligados a atores comprometidos com suas identidades e interesses (WENDT, 1992). A mudança da mentalidade coletiva, da sociedade e do imaginário de empoderamento de movimentos sociais, como de povos originários, feministas, LGBTs, é um legado dos governos de centro-esquerda e que influenciará a sociedade daqui em diante.

Obviamente que a construção de uma identidade aos moldes da direita e que contemple novos interesses pode acontecer. Contudo, não é essa a ameaça que enfrentamos por agora. A ameaça momentânea é a de retorno a um modelo que já fracassou. O final do ciclo atual se dará quando novas alternativas surgirem no horizonte político; será quando a direita conseguir propor uma perspectiva conservadora de superação dos governos atuais (SADER, 2016). Uma vez assumindo o poder, é bem verdade, farão de tudo para impor suas agendas liberais.

Podemos aqui, de maneira simplificada, prospectar um cenário para o futuro do modelo pós-hegemônico. Utilizaremos como exemplo o caso dos primeiros meses do governo Macri na Argentina para entendermos que a manutenção do modelo só está assegurada com a permanência dos governos de centro-esquerda. Nesse caso, o presidente foi eleito com promessa de erradicação dos pobres e de manutenção dos principais avanços sociais dos anos kirchnerr. Contudo, nos primeiros meses no poder, governa por decretos, passa por cima do legislativo e trata de apagar os resquícios kirchneristas, como o caso do fim da Lei de Meios, que regularizava os meios de comunicação²⁰, e do aumento dos preços dos alimentos em cerca de 10%, o que gerou o surgimento de 1,4 milhão de novos pobres em apenas três meses de governo²¹. A população reagiu e organizou protestos, mas não pareceu abalar as ações do novo presidente²². Vemos nesse exemplo o que deve se repetir nos países onde a centro-esquerda cair, dividamos em três momentos: (1) durante as eleições, um discurso anti-governo e de continuidades dos avanços sociais, por parte da direita; (2) primeiros meses de governo de centro-direita avassaladores e com medidas

²⁰ <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/lei-de-meios-argentina-sofre-desmonte-autoritario-com-governo-macri>. Acesso em 7 de abril de 2016.

²¹ http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459536107_743633.html. Acesso em 7 de abril de 2016.

²² <http://jornalggn.com.br/noticia/argentinos-saem-as-ruas-para-protestar-apos-20-dias-de-gestao-de-macri>. Acesso em 8 de abril de 2016.

drásticas; (3) população identificada com os governos de centro-esquerda reagindo e protestando ao modelo neoliberal de governar.

No cenário onde os governos dos países latino americanos retornem à centro-direita, o modelo pós-hegemônico e a ALBA tornam-se dependentes de como se dará a reação entre o momento (2) e (3). Por um lado, o momento (2) é uma variável que representa em que medida o foco dos primeiros meses de governo será de destituir os avanços dos governos de centro-esquerda (que visavam a democratização dos mercados), apontando para uma maior liberalização, que é de interesse dos grupos econômicos que financiaram as suas campanhas. Por outro lado, o momento (3) é uma variável que representa como se dará a reação da população em resposta às mudanças do momento (2); a população desses países passou por um processo de construção de identidade, conceitos e crenças durante o governo da centro-esquerda, e por mais que parte da população tenha apoiado a reascensão da centro-direita, parcela considerável da população, mais ligada às periferias e às minorias do sistema, deve reagir a mudanças bruscas.

Os resultados da relação entre as variáveis dos momentos (2) e (3) podem variar de “protestos com pouca adesão e governo inabalado”, sendo esse o pior dos cenários para o modelo pós-hegemônico, até “rechaço total por parte da população do novo governo”, sendo esse o cenário onde o modelo pós-hegemônico tem maiores chances de sobrevivência. Como dito anteriormente, essa prospecção é simplificada, uma vez que nos baseamos apenas no caso argentino, o único caso concreto até então passível de tal análise, bem como não nos aprofundamos no estudo específico de cada país e de como se daria a ascensão da centro-direita em cada caso. De qualquer maneira, buscamos demonstrar que a ascensão da centro-direita é uma ameaça ao modelo pós-hegemônico, e a única alternativa para um futuro onde esse sobreviva sem riscos por mais alguns anos é a manutenção dos governos de centro-esquerda, principalmente nos países membro da ALBA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho discutimos o momento do regionalismo pós-hegemônico na região como um resultado dos governos de centro-esquerda eleitos em resposta as consequências desastrosas dos anos neoliberais. A Aliança Bolivariana para os Povos da América é fruto desse novo período da integração e suas ações correspondem a um novo momento da integração.

A teoria construtivista das relações internacionais é a que melhor consegue compreender o processo que a ALBA sugere para a integração na região. Através dos discursos individuais de governantes dos países membros e do discurso comum que a

ALBA oficializa, a construção de interesses, de identidades e da forma semelhante como observam a região é clara. O conceito de Regionalidade aponta para a construção dessa identidade e de sentimento de pertencimento que é observável nas políticas da ALBA.

Como processo em curso e devido ao crescente conservadorismo na região, a dúvida de continuidade do processo em caso de retorno da direita é válida. Mesmo observando certo grau de consolidação dos avanços na forma como as sociedades foram influenciadas por essa década de governos de centro-esquerda, a ascensão da direita preocupa a manutenção do modelo. A relação entre um possível novo governo de direita e a reação da população aos primeiros meses desse governo serão primordiais para entendermos quais as reais chances de manutenção do modelo pós-hegemônico com a subida da direita ao poder. De qualquer forma, sabemos que a manutenção dos governos de centro-esquerda seria o cenário ideal para que a ALBA permanecesse pondo em prática seu modelo bolivariano solidário, fertilizando a região com a esperança de uma alternativa.

BIBLIOGRAFIA

ALTMANN, J. *ALBA Institutions and Mechanisms*, FLACSO Secretaria General. Working Paper. 2009. Disponível em: http://www.flacso.org/fileadmin/usuarios/documentos/Integracion/ALBA_Institutions_and_Mechanisms.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

BENZI, Daniele. El exitoso ocaso del alba Réquiem para el último vals tercermundista. *Nueva Sociedad* N^o261, enero-febrero de 2016.

BRICEÑO-RUIZ, José, HOFFMAN, Andrea R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 2015.

CUSAK, Asa K. ALBA, el Tratado de Comercio de los Pueblos y los obstáculos persistentes a la cooperación económica Sur-Sur en América Latina y el Gran Caribe. *Anuario del Integración Regional América Latina y el Caribe*, No. 11, 2015.

DEFEO, Christina. ALBA: How Much of a Turn to the Left in Latin American Governance and Economic Policy? 2010. Disponível em: <http://venezuelanalysis.com/analysis/5500>

HARRIS, D., AZZI, D. *ALBA: Venezuela's answer to free trade*. 2006. Disponível em: <http://www.focusweb.org/alba-venezuela-s-answer-to-free-trade-the-bolivarian-alternative-forthe-ame.html>

KATZ, Claudio. Is South America's 'Progressive Cycle' At an End? 2016. Disponível em: <http://venezuelanalysis.com/analysis/11881>

MUHR, T. Counter-hegemonic regionalism and higher education for all: Venezuela and the ALBA. *Globalisation, Societies and Education*, 8(1), 39–57, 2010.

PARKER, D. El desarrollo endógeno: ¿Camino al socialismo del siglo XXI? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 13(2), 59–85, 2007.

RIGGIROZZI, Pía, TUSSIE, Diana. Reconstructing Regionalism: what does development have to do with it? Em RIGGIROZZI, Pía, TUSSIE, Diana (Edit.) *The Rise of Post-hegemonic Regionalism. The case of Latin America*. Londres, 2012

RIGGIROZZI, Pía. Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis. *New Political Economy*, 2011.

RUTEMBERG, T., FUCHS, G. The community of Latin American and Caribbean States (CELAC) and Latin American integration for the 21st century. *Peace and Conflict Monitor*. 2011.

SADER, Emir. ¿El final del ciclo (que no hubo)? 2016. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/articulo/172389>

TASHIN, E. *Looking to the future: Examining the dynamics of ALBA*. 2009. Disponível em: <http://www.networkideas.org/alt/dec2009/ALBA.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

TRUCCO, Pablo. The rise of the monetary agreements in south americ. Em RIGGIROZZI, Pía, TUSSIE, Diana (Edit.) *The Rise of Post-hegemonic Regionalism. The case of Latin America*. Londres, 2012

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, Vol. 46, No. 2. (Spring, 1992), pp. 391-425.

SITES VISITADOS

<http://www.bancodelalba.org/>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://www.bcv.org.ve/c4/notasprensa.asp?Codigo=12660&Operacion=2&Sec=False>

<http://venezuelanalysis.com/analysis/5500>. Acesso em 25 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/news/4165>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/news/5278>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/news/5530>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/news/11895>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/images/11871> Acesso em 26 de março de 2016.

<http://venezuelanalysis.com/analysis/6663>. Acesso em 26 de março de 2016.

<http://www.granma.cu/idiomas/ingles/ouramerica-i/14abr-Mission%20Barrio.html>.

Acesso em 27 de março de 2016.

<http://rnv.gob.ve/mision-barrio-adentro-cubrira-el-100-de-la-poblacion-venezolana/>.

Acesso em 27 de março de 2016.

<http://www.eluniversal.com/caracas/160325/mas-de-90000-personas-han-participado-en-festival-recreativo-en-mirand>. Acesso em 27 de março de 2016.

<http://www.diariodelosandes.com/index.php?r=site/noticiasecundaria&id=22743>.

Acesso em 27 de março de 2016.

<http://www.cubaminrex.cu/es/califican-de-exitoso-programa-yo-si-puedo-en-australia>.

Acesso em 27 de março de 2016.

<http://www.panamaon.com/noticias/politica/4051-programa-yo-si-puedo-en-panama.html>. Acesso em 27 de março de 2016.

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/lei-de-meios-argentina-sofre-desmonte-autoritario-com-governo-macri>. Acesso em 7 de abril de 2016.

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/01/internacional/1459536107_743633.html.

Acesso em 7 de abril de 2016.

<http://jornalggn.com.br/noticia/argentinos-saem-as-ruas-para-protestar-apos-20-dias-de-gestao-de-macri>. Acesso em 8 de abril de 2016.